



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 7/2007

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO
DE 2007: -----**

----- Aos vinte e sete dias do mês de Setembro do ano de dois mil e sete, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, e o Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, D.ª Sara Raquel dos Santos Fresco, Pedro Nunes, Narciso Patrão António, Luís Filipe da Cruz Barreto, João Maria Nogueira, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Gabriel Miranda Pinho, Fernando Manuel dos Santos Alves, Dr. Marco António Saborano Custódio, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Albano Manuel da Rocha Lourenço, António Cardoso Alberto e Mário de Jesus Manata. -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou as faltas dos Srs. Deputados Eng.º Carlos Manuel Brites Monteiro, Dr.ª Isabel Cristina de Carvalho Jorge e Eng.º Virgílio de Miranda Cravo Roxo.-----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram vinte e uma horas e vinte cinco minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia, com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

----- **INFORMAÇÕES:**-----

----- O Sr. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário informou que o Presidente da Mesa da Assembleia, Prof. Dr. Fernando de Jesus Regateiro estava prestes a chegar e até lá assumiria a Presidência. -----

----- Informou que existia uma proposta para incluir na ordem de trabalhos. Disse ainda que a mesa tinha recebido reparo do Sr. Deputado Dr. Luís Mingatos onde constava como presente na sessão de 15 de Fevereiro quando de facto, tinha estado ausente conforme justificação de falta que tinha sido aceite. -----

----- Foi posta a votação a inclusão do novo ponto na ordem de trabalhos, relativamente à fixação da taxa de imposto municipal sobre imóveis (IMI), a qual foi aceite por unanimidade. -----

----- Informou ainda que a Associação Cultural e Recreativa do Seixo ia comemorar o seu aniversário no dia 19 de Outubro, na Igreja Paroquial do Seixo, com um concerto da banda da PSP e deixou o convite verbal a todos. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- Interveio, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Narciso Patrão para questionar como estava a funcionar o Parque de Campismo Municipal e que obras estavam para ser feitas. Relativamente ao Parque do FAOJ disse que, tinha estado abandonado e na sua opinião também era merecedor de algumas obras. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida que, relativamente à questão do Miraférias, tanto quanto sabia, existia um acórdão do Supremo Tribunal Administrativo datado de 12 de Junho de 2007 que absolvía o Município de Mira. Assim gostaria de saber qual o ponto de situação do processo e qual a opinião do executivo relativamente ao acórdão. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Paulo Grego o qual começou por manifestar a sua satisfação por finalmente terem dado início às obras na Ponte do Cabeço, na EN109 e manifestar ainda uma preocupação porque era uma obra num local perigoso que, estava bem sinalizado, estavam a ser respeitados os sinais luminosos mas não queria deixar de alertar os serviços da Câmara, nomeadamente a protecção civil e a fiscalização para que visitassem com regularidade aquele local. Referiu também que, mais um ano o Concelho de Mira tinha escapado aos fogos, facto que se devia ao bom trabalho que tinha sido levado a cabo por todos os intervenientes, nomeadamente os Bombeiros Voluntários, os Sapadores Florestais, o Exército e a Guarda Florestal. Mais disse que, a época balnear não tinha corrido pelo melhor, devido a condições climatéricas mas não deixou de felicitar o sector da Cultura da Câmara Municipal pela vasta animação da época balnear no areal e no palco. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. Vice-presidente da Câmara, Dr. Manuel de Jesus Martins, usou da palavra para informar a Assembleia que, o Sr. Presidente da Câmara não podia estar presente porque tinha sido contactado para uma reunião em Coimbra com o Chefe de Gabinete do Sr. Primeiro Ministro, tendo em conta a sua visita ao Concelho. Em resposta ao Sr. Deputado Narciso Patrão disse que estavam para começar os trabalhos referentes às infra-estruturas e ordenamento do Parque de Campismo Municipal. Relativamente ao Parque do FAOJ disse que, já tinham existido algumas reuniões com a Movijovem a fim de ser elaborado um protocolo de forma a que o Parque ficasse na posse da Autarquia. Na questão do Miraférias disse que, era um assunto que estava em segredo de justiça e não queria pronunciar-se antecipadamente. Agradeceu ainda a intervenção do Sr. Deputado Dr. Paulo Grego que, alertou e muito bem para os serviços de fiscalização da Câmara em relação às obras do Cabeço.-----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida interveio para dizer que tinha, tirado o acórdão datado de 12 de Junho de 2007, da internet em www.dgsi.pt e que qualquer cidadão tinha acesso. Mais disse que, aquilo que estava em causa era uma questão política, porque o executivo tinha sido tão rápido a criticar e a falar sobre a decisão que era desfavorável ao município de Mira e agora que existia um acórdão que era favorável ao município que, era público desde o dia 12 de Junho e ninguém tinha ouvido nenhuma palavra da parte do executivo. -----

----- Eram nove horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro e o Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro entraram na sala.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Foi dada a palavra ao Sr. Vice-presidente da Câmara o qual disse que, ficava contente com o referido acórdão, mas que não iria pronunciar-se acerca da decisão final.

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António que começou por dizer que tinha acabado uma época balnear, que o colega Dr. Paulo Grego tinha referido que não tinha corrido da melhor maneira referindo-se a questões de natureza climatéricas mas na sua opinião havia também outros ensinamentos a retirar para a próxima época, nomeadamente, o lixo tinha sido uma perfeita degradação desde contentores cheios, mal distribuídos e com bastante mau cheiro. No tocante à rotunda da A17 que também já tinha sido ali questionada e sobre a qual o Sr. Vice-Presidente tinha respondido que já tinha dado indicações ao pessoal da jardinagem mas que continuava da mesma forma dando uma imagem de degradação do Concelho. Questionou ainda sobre o Parque Infantil na Praia de Mira, se já existia algum projecto ou localização prontificando-se para participar na feitura do projecto. Relativamente à estrada do Largo do Mar e a que circundava toda a parte do Parque de Campismo, Miravillas e Miraoásis disse que necessitava de ser arranjada no seu todo; que, era uma zona nobre e que havia zonas do Concelho com menos acessibilidade que tinham estradas mais bem arranjadas. Que não tinha percebido se as obras dos Parques de Campismo iriam arrancar em Setembro ou não. Questionou se já existiam novidades quanto ao Campo de Golfe e para terminar disse que, de facto tinha sido notória a postura política diferente sobre o acórdão que tinha sido referido pelo Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço o qual começou por dizer que tinha sido aprovado na Assembleia Municipal um Regulamento Municipal de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Estacionamento, no caso concreto da Av. do Mar na Praia de Mira tinha sido aprovado um estacionamento pago até às vinte horas e o estacionamento continuava a ser pago até às vinte e duas horas. Das Escolas Primárias, disse que, todas as salas tinham computadores mas na sua perspectiva os computadores só eram funcionais se puderem ser dotados de utilização de internet; que, apenas um computador com ligação à internet, quer fosse escolas com vinte alunos ou cem alunos, não era suficiente pois estavam a desperdiçar uma oportunidade magnífica de participar em actividades promovidas pela Universidade de Aveiro, que poderiam ser utilizadas de uma forma fantástica com os alunos mas que não tinham capacidades; que, havia necessidade de dotar todas as salas com acesso à internet também como ferramenta de pesquisa e para uma maior motivação dos alunos para as novas tecnologias. Relativamente às florestas disse que tinham sido bafejados pela sorte porque aquilo que tinha visto era um desleixo completo em termos de gestão e de ordenamento florestal; que, também sabia que não era a autarquia a detentora de autoridade máxima da floresta mas devia influenciar quem de direito no sentido da gestão ser feita, porque, aquilo que tinha sido feito no fim do corte das acácias deixá-las na floresta a secar era um autêntico rastilho. Para terminar, disse que o relvado do Estádio Municipal estava colocado mas que, a parte envolvente e o balneário causavam mau aspecto e que a sua utilização assim era impossível. Disse ainda que, aquilo que se tinha apercebido era que entrava quem queria, quando queria para fazer aquilo que lhe apetecia; que, um bem que era municipal devia ser cuidado de outra forma, questionando assim a gestão que ia ser feita. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio de seguida o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto o qual se congratulou pelas palavras do Sr. Vice-Presidente relativamente ao processo Miraférias; que, era de lamentar que alguns colegas de Partido do Sr. Vice-Presidente não tivessem tido a mesma prudência noutras situações. Que tinha sido abordado por alguns munícipes os quais tinham na Câmara Municipal processos de licenciamento de obras particulares, e lhe tinham pedido para questionar o executivo qual a razão de tanto atraso dos processos, chegando alguns a demorar noventa dias. Contrariamente à intervenção do Sr. Deputado Dr. Paulo Grego e à sua opinião, recentemente, num órgão regional de comunicação social tinha sido dada uma entrevista pelo Sr. Carlos Brás, onde o mesmo tinha dito que o Parque de Campismo nunca tinha tido uma afluência tão grande como este ano; que, gostaria de saber em que qualidade tinha dado a entrevista, se como director ou funcionário do Parque e qual tinha sido a receita em 2007 do Parque de Campismo. Disse que a Ponte do Cabeço não era o único ponto negro da EN109, estava também acautelada e prevista toda a sua requalificação, incluindo passeios e como tal gostaria de saber para quando estavam previstos os restantes trabalhos. Terminou, alertando para o facto de no Corticeiro de Baixo, um Parque Infantil que tinha sido prometido para o Parque de S. Bento, ainda não ter sido lá colocado. -----

----- Foi dada a Palavra ao Sr. Vice-Presidente o qual começou por dizer que relativamente ao lixo e contentores na Praia de Mira, tinham sido colocados muito mais contentores e ecopontos em sítios correctamente estratégicos; que, seria mais um problema de falta de civismo de quem utilizava os contentores. No tocante à rotunda da A17 disse que, concordava com o Sr. Deputado. No tocante ao Parque Infantil da Praia



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Mira disse que a seu tempo veria. O Campo de Golfe estava na DGOT-DU para rectificação daquilo que tinha sido aprovado na Assembleia Municipal, alteração do PDM de Mira, do Golfe e da Zona Industrial de Montalvo. Relativamente à estrada do Largo do Mar disse que, existia um plano para intervir naquela zona, prolongando a avenida marginal. Em relação ao Regulamento Municipal de Estacionamento, pensava que os serviços tinham acautelado o pagamento até às vinte horas. Na questão dos balneários do Campo de Futebol disse que, existia um projecto para uma 2.ª fase respeitante aos balneários e bancadas, numa 1.ª fase tinha sido apenas adjudicado o relvado sintético e electricidade; que, provisoriamente estavam a utilizar os balneários da Piscina Municipal. Quanto à questão do atraso dos processos de licenciamento de obras particulares disse que não estavam tão atrasados como tinha referido. Na questão colocada do Sr. Carlos Brás disse que ele não tinha dado nenhuma entrevista, apenas tinha sido autorizado a dar informação de dados na qualidade de funcionário do Parque de Campismo. Disse ainda que, em relação à EN 109 as coisas estavam a ser tratadas para que fosse feita a sua pavimentação. Para terminar disse que no Corticeiro de Baixo existia um Parque Infantil que estava degradado e que a situação tinha de ser revista. ----
----- Foi dada ainda a palavra ao Sr. Vereador Dr. Miguel Grego o qual explicou que o Plano Tecnológico do Governo não chegava ao 1.º Ciclo e Pré-Escolar, tinha que ser a Câmara a assumir esse ónus; que, concordavam integralmente com a opinião de que devia haver internet em cada sala, inclusivamente já tinham passado cabo de fibra óptica e tinham também testado o sistema wireless o qual não tinha resultado por esse motivo iam voltar à solução de cabo de fibra óptica; que, ainda não tinham avançado porque



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

queriam verificar se existia financiamento no Plano Tecnológico para o 1.º Ciclo e Pré-Escolar uma vez que, se constatasse que não havia financiamento, tinha a Câmara que avançar com a solução, que já estava em carteira. Quanto à questão das florestas disse que, há pouco tempo tinha havido três incêndios, em três dias consecutivos, à mesma hora em locais muito próximos e não tinha sido por sorte que eles não tinham avançado mas porque tinham vigilância vinte e quatro horas; que, o Plano Municipal tinha sido activado de imediato, tinham tido equipas de vigilância, não só os Sapadores Municipais mas também uma equipa de Sapadores da DGRF, o Exército pela primeira vez em Mira, duas equipas voluntárias de oito jovens que tinham ido rodando constantemente e os Bombeiros Voluntários de Mira que não faziam vigilância, faziam prevenção e combate de uma forma diferenciada. Ainda relativamente à gestão e ordenamento florestal disse que, concordavam e eram os primeiros a pressionar a DGRF constante e diariamente por não concordar com o projecto de investimento florestal que não contemplava a retirada, apenas o abate e por esse motivo tinham sido colocados três destroçadores no Concelho de Mira para destroçar a matéria que era altamente combustível.-----

----- Interveio o Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço para dizer que os balneários do Campo de Futebol não ofereciam o mínimo de qualidade a ninguém, tanto era que estavam a ser utilizados os balneários da Piscina. Ainda, relativamente à floresta disse que aquilo que se verificava era áreas enormes de pinheiro completamente seco; que, era necessário reflorestar, retirá-lo a tempo para aproveitar alguma coisa. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio de seguida o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto e voltando à questão do Parque de Campismo disse que aquilo que queria saber era qual o quadro de competências exercidas pelo Sr. Carlos Brás porque, para ter FEITO tais declarações teria de ter um quadro de competências de nível superior e voltou a questionar o valor da receita de 2007 do Parque de Campismo. -----

----- O Sr. Vice-Presidente tomou da palavra para dizer que o Parque de Campismo ainda estava em actividade, acabava a época no dia 30 de Setembro e só depois seria apurada a receita. Também relativamente aos balneários do Campo de Futebol disse mais uma vez que, não defendia que os balneários tinham condições até porque se estavam a utilizar os balneários da Piscina era porque os outros não tinham condições. No caso da floresta sabia que haviam muitos pinheiros secos, a gestão era da DGRF e já tinha sido feito o alerta. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Pinho que, começou por questionar se existia alguma lei que obrigasse o madeireiro ou o proprietário a limpar o terreno depois do abate das árvores. Também tinha verificado que à volta da Barrinha estavam montes de acácias e silvas cortadas e ainda na Barrinha verificou que os candeeiros se encontravam partidos. Questionou ainda para quando estava prevista a intervenção do alargamento da estrada da floresta que ligava a A17 à rotunda. -----

----- Tomou a palavra o Sr. Deputado João Nogueira para felicitar o executivo pelos trabalhos que se estavam a ultimar na rotunda, junto à Ponte do Cabo do Mar, e paredão em cimento que tinha reforçado a margem esquerda da vala. Também tinha ficado



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

agradado com o calçetamento à volta do Centro Cultural. Questionou relativamente aos terrenos que estavam na Videira Norte para ser vendidos. -----

-----Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António o qual começou por referir que o Circuito Pedonal já tinha algum tempo mas continuava a ser uma atracção, por esse motivo era necessário preservá-lo e melhorá-lo. Disse que recentemente tinha visto um programa de informação na televisão, “Prós e Contrás” onde tinha tido informação que o Presidente da Câmara também tinha estado presente; que, Cantanhede tinha uma maior visibilidade, Mira tinha sido pioneira no caso da Incubadora e deviam potenciá-la, ter algum empreendedorismo, não só da parte do empresário mas também da parte da Câmara Municipal, no sentido de captar talentos que, poderiam criar uma população residente que trouxesse uma melhor qualidade à Vila de Mira. Para terminar, e ainda relativamente à intervenção da Quercus no caso Pescanova disse que era de lamentar que nunca tivesse intervindo em assuntos que realmente lhe dizia respeito como o caso da Barrinha. -----

-----Interveio o Sr. Deputado Fernando Alves e começou por abordar o assunto do Parque de Campismo e reportando-se à resposta do Sr. Vice-Presidente da Câmara disse que tinha um relatório do Sr. Presidente da Câmara datado de 15 de Setembro onde devia ter obrigatoriamente as contas do Parque de Campismo e que constava em todos os pontos do Regulamento da Estrutura, Organização e Quadro de Pessoal da Câmara Municipal que estava para aprovação, que os chefes de Divisão eram obrigados a dar semanalmente os mapas das receitas daquilo que estavam a gerar. Disse que as obras da A17 estavam a destruir muito Património Municipal, era o caso da iluminação pública



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nomeadamente nas localidades dos Leitões, Lentisqueira e Ramalheiro. Que no início do ano tinham sido ajardinadas todas as partes verdes que ligavam Mira a Cantanhede e que a maior parte se encontravam secas. Terminou dizendo que em Julho tinha sido cortado o acesso a Mira, junto ao Matadouro, pensando que estava relacionado com o saneamento da A17, espantou-se que passados estes meses a água ainda não estava ligada.-----

----- O Sr. Deputado Carlos Milheirão interveio e abordando a questão do Sr. Deputado Luís Filipe Barreto, relativamente ao estatuto do Sr. Carlos Brás, questionou como tinha entrado o filho da D.^a Glória no Parque de Campismo. Disse que na Videira, próximo da ponte de madeira, existia uma placa que condicionava o trânsito até 3,5 toneladas e que no dia anterior tinha verificado um camião, carregado de pinheiros a passar pela ponte; que, devia haver uma maior alerta pois estava a pôr em risco a ponte, o camião, o condutor do camião e eventualmente quem viesse atrás. Questionou, relativamente ao calçetamento à volta do Centro Cultural e Posto Marítimo, se metade era pago e outra metade ficava por pagar. Mais disse, que se tinha deparado com uma plantação de postes telefónicos na estrada do canal e se a Câmara tinha conhecimento tal situação. Relativamente ao mini relvado sintético que estava previsto para a zona dos viveiros sugeriu, que fosse colocado no local do antigo mercado da Praia de Mira para as crianças brincarem.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, o qual começou por dizer ao Sr. Deputado Gabriel Pinho que existia um Gabinete Técnico Florestal que lhe podia dar o apoio necessário. Relativamente aos candeeiros, disse que tinham sido todos



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estaqueados mas que já estavam outra vez tombados. Na questão da estrada da floresta disse que a Câmara Municipal tinha intervindo em situações pontuais e que não existia nenhum projecto para alargamento da estrada. No tocante à Videira Norte, disse que a Comissão de Análise de candidaturas tinha dado por concluída a listagem de admissão dos candidatos à habitação social, listagem essa que seria proximamente presente ao executivo para aprovação. Disse ainda, no tocante ao Circuito Pedonal, que sabia da existência de um grande número de pessoas a frequentá-lo e que gostaria também de o ver com melhores condições e que, apesar de tudo, mantinham um funcionário a fazer a manutenção da mesma. Na questão das condutas de água que tinham sido feitas até à A17, pediu que o Sr. Eng.º Rui Silva informasse um pouco mais relativamente àquele assunto. Da intervenção do Sr. Deputado Carlos Milheirão, disse que era importante o alerta que tinha feito chegar relativamente aos camiões que estavam a pôr em risco a ponte e que iria fazer chegar a informação junto da GNR. Relativamente ao mini relvado sintético era para manter no mesmo local porque existiam outros projectos para o antigo mercado.-----

---- Foi dada a palavra ao Sr. Vereador Dr. Miguel Grego para dizer que Cantanhede não tinha uma Incubadora, tinha uma coisa um pouco mais abrangente e que Mira tinha ficado com uma pequena parte que tinha de ser contextualizada; que, estavam a fazer um grande trabalho, juntamente com a AIBAP que se queria autonomizar quanto antes da ABAP para deixar de estar na sombra de alguém que continuava a colher muitos frutos ficando, apenas, com aquilo que ia sobrando; que, a Incubadora ainda não colhia frutos mas que o Executivo o os Srs. Deputados de ambos os lados tinham assumido



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma postura de grande responsabilidade, votando favoravelmente todos os assuntos no sentido de os resolver para que a Incubadora começasse a dar frutos quanto antes. Na questão da pista pedonal recordou, que tinham feito uma candidatura ao iCentro que tinha sido aprovada e iria começar a dar frutos; que, a pista era o modelo para ser replicado em toda a região Centro, sobretudo na região Litoral; que, iriam tentar buscar mais fundos para potenciar e reparar a pista ciclo-pedonal. -----

----- Foi dada ainda a palavra ao Chefe da Divisão de Obras Municipais, Eng.º Rui Silva o qual explicou que os serviços estavam a executar as infra-estruturas que iam passar por baixo das vias rápidas que estavam a ser construídas no Concelho e que tinham de ser feitas antes das vias rápidas passarem; que, não se tratava de um problema de ligar a água com urgência mas sim, deixar lá as condutas, os tubos, o saneamento e o abastecimento de água. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto para esclarecer que quando tinha questionado relativamente ao Sr. Carlos Brás tinha sido apenas para perceber qual era a situação em que se enquadrava. -----

----- Para terminar, o Sr. Vice-Presidente da Câmara informou que a receita do Parque de Campismo, rondava os 400 mil euros. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Prof. Dr. Fernando de Jesus Regateiro, pediu desculpas pelo seu atraso que, por razões profissionais não tinha conseguido sair a horas. Seguido de um pequeno intervalo deu-se início ao Período da Ordem do Dia. -----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- PONTO UM: “ Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara reportou-se à situação financeira da autarquia, a qual continha três pontos essenciais: A Execução Orçamental, a qual dava informação relativamente às taxas de execução dos documentos previsionais; O Resumo Diário de Tesouraria e Endividamento (curto e longo prazo) e por fim o Endividamento Líquido Municipal. Disse que a taxa de execução da receita era de 59,5%, a taxa de execução da receita capital era de 16,5% que, não tinha sido como esperavam devido às dificuldades de concretização de encaixe financeiro relativamente aos terrenos da A17 e da Acuinova. Acrescentou ainda, que em igual período de 2006 em valores absolutos tinham cobrado mais 500 mil euros, tanto na receita capital como na receita corrente. Quanto à taxa de execução do PPI cifrava-se em 13,1 % que correspondia apenas ao valor que tinha sido possível pagar. No tocante ao Resumo de Tesouraria e Endividamento a 14 de Setembro a disponibilidade de dinheiro que existia em caixa era de 566.203,26 €, sendo 459.152,41€ relevante a operações orçamentais e 107.060,85€ de operações de tesouraria e o saldo orçamental era de 459.152,41€, sendo que 205.222,81€ só podiam ser utilizados nas expropriações da 1.ª fase da variante da EN334. No tocante ao Endividamento Bruto as dívidas a fornecedores e empreiteiros era de 1.824.559,00€ e à banca era de 3.480.990,00€. Verificou-se uma diminuição ao longo dos meses, quer pela amortização dos empréstimos a médio e a longo prazo quer



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

através de uma redução da dívida a fornecedores e empreiteiros. Relativamente ao Endividamento Líquido verificou-se uma redução devido à redução efectiva das dívidas a terceiros e também à contabilização de alguns valores de comparticipação a receber no âmbito das candidaturas da Lota e do Parque de Campismo. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, o qual depois de ter analisado o relatório disse que tinha verificado uma redução drástica do Endividamento Bruto, comparativamente ao ano de 2006 tinha sido cerca de 2.400.000,00€; a Dívida a Curto Prazo também tinha baixado 1.427.539,00€; as taxas de execução, em termos relativos eram muito idênticas, mas em valor bruto tinha verificado uma diferença pela positiva na ordem dos 500.000,00€ a 600.000,00€. Terminou dando os parabéns ao executivo pelo trabalho que tinha sido feito, levando assim a uma redução significativa da dívida.-----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António afirmando que estava a ser contabilizada uma verba a receber, que ainda não tinha sido recebida e que podia dar origem a uma leitura menos correcta; que, existiam também compromissos a assumir com a execução das obras que não estavam contabilizados. Na sua opinião era uma falácia que não deveria ter sido contabilizada, porque estavam a contar com um recebimento futuro sem assumir os compromissos futuros.-----

----- O Sr. Deputado Dr. Luís Mingatos interveio para dizer que, comparando o endividamento bruto da página n.º 5 com o endividamento líquido da página n.º 7 verificava-se que a diferença provinha da contabilização das comparticipações da Lota e do Parque de Campismo, que também tinham compromissos; que, do Parque de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Campismo tinha ouvido falar de um investimento de 2.400.000,00€ e da Lota à volta de 1.000.000,00€, a somar aos 2.800.080,00€ dava um cenário não tão bonito como o Sr. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim tinha traçado. Disse ainda que existiam passivos que não estavam contabilizados e que os activos estavam todos contabilizados, tanto os actuais como os futuros, aqueles que já estavam previstos serem recebidos.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara o qual começou por dizer que quando se tinha referido ao endividamento líquido que era a diferença entre as dívidas e aquilo que existia em caixa e a receber de terceiros. Mesmo que não tivessem tido em conta a comparticipação do Parque de Campismo e da Lota tinha havido sempre uma diminuição do endividamento.-----

----- Interveio mais uma vez o Sr. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim para dizer que concordava com a interpretação dos Srs. Deputados quando referiram que existiam elementos que não estavam inseridos na contabilidade, mas se verificassem na informação municipal a tendência do abaixamento dos números com certeza que concordavam que estavam em bom caminho.-----

----- Interveio ainda o Sr. Deputado Dr. Luís Mingatos para dizer que não punha em causa a análise do Eng.º Coquim porque confiavam nos serviços e partiam do princípio que os números eram verdadeiros e que a informação tinham vindo a melhorar. A amortização extraordinária de 600.000,00€ que tinha sido aprovada na última Assembleia do ano anterior era dinheiro que estava em caixa e que estava em dívida. ----

----- O Sr. Deputado Dr. Juan António usou da palavra e disse que era da opinião de que uma Câmara quanto mais endividada estivesse, melhor, porque seria sinal de que se



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinham feito obras; que, havia uma tendência, das medidas macroeconómicas, para a diminuição do endividamento. -----

----- **PONTO DOIS: “Autorizar o Município de Mira, nos termos da alínea m), do nº. 2, do artº. 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro a integrar a Associação de Municípios do Baixo Mondego, bem como, aprovar os respectivos estatutos”. -----**

----- Interveio o Sr. Vice-Presidente da Câmara dando uma breve explicação sobre o assunto. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida o qual concordava que o Município, face ao QREN, integrasse as Associações, só lamentava que a Câmara quando tinha sido discutida a rescisão do contrato com as Águas do Mondego, não tinha tido a mesma perspectiva e não se tivesse mantido numa Associação em que podiam reivindicar e ter feito o mesmo. -----

----- Procedeu-se de seguida à votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- **PONTO TRÊS: “Aprovar o Regulamento da Estrutura, Organização e Quadro de Pessoal dos Serviços da Câmara Municipal de Mira nos termos da alínea n), do nº. 2, do artº. 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o nº.2 do artigo 11.º do Decreto-Lei nº 116/84, de 6 de Abril, na redacção dada pela Lei nº. 44/85, de 13 de Setembro”. -----**



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio o Sr. Vice-Presidente da Câmara o qual começou por referir que o actual quadro de pessoal já não respondia às necessidades actuais a curto e a médio prazo face às novas atribuições, competências e modelo de gestão que era necessário implementar; que, era um projecto virado para o futuro, uma alteração séria e não uma alteração feita para resolver questões pontuais. Resumindo, a presente proposta tinha por finalidade dotar o Município de uma estrutura orgânica adequada e perspectivada para o futuro, suportada num quadro qualificado, capaz de responder aos objectivos estratégicos de desenvolvimento municipal, garantindo a motivação, condições de trabalho, eficiência e eficácia. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida começando por questionar qual o limite actual de gastos com o pessoal e, atendendo ao novo quadro qual seria essa percentagem. Qual era a mudança dos poderes funcionais, qual a necessidade e se a mudança tinha sido baseada em algum estudo fundamentado. Mais questionou o porquê da criação de dois Departamentos, seis Chefes de Divisão, quatro Vereadores que dava um total de doze cargos de alta chefia; que, no espaço físico existente, uma vez que tinham sido contra a construção de um novo edifício, como é que iam arrumar as pessoas, com condições dignas de trabalho. Por último disse, no artigo 59.º, n.º1 constava que a competência era da Câmara Municipal e no n.º2, em casos de omissão, a competência era do Presidente da Câmara, gostaria de saber porquê. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António para questionar se o aprovar do Regulamento entroncava em alguma necessidade de natureza estrutural para a Câmara poder avançar noutros projectos ou se era apenas uma arrumação das situações. Mais



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disse que, não estava muito de acordo com o organigrama porque a política que se fazia actualmente era a redução de quadros o que não acontecia no referido quadro. Tomando como exemplo o Gabinete Jurídico e a Divisão Administrativa e Jurídica, disse que actualmente a Câmara Municipal tinha um Jurista que prestava serviços se com a criação do Gabinete Jurídico se passaria a ter nos quadros um Jurista a tempo inteiro.----

----- Tomou a palavra o Sr. Deputado Dr. Luís Miguel Mingatos o qual disse que, a criação de novos Departamentos e cargos de coordenação não tinham muito sentido nas actuais instalações. Questionou ainda se, eventualmente, algum Vereador poderia exercer algum dos cargos de coordenador, mesmo que informalmente. Para terminar, perguntou qual a razão de todas as divisões estarem debaixo de um Departamento à excepção da Divisão de Educação, Cultura e Desporto. Terminou dizendo que a estrutura era muito rígida, já não se adequava aos dias de hoje e ia contra o espírito da modernização administrativa. -----

----- Tomou a palavra o Sr. Deputado Fernando Alves para dizer que havia nitidamente repetição de dados em todas as áreas que estavam relacionadas com dinheiro, demonstrando um quadro bastante burocrático. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara o qual voltou a referir que o quadro de pessoal vigente já não respondia às necessidades actuais, face às novas atribuições, competências e modelo de gestão que era necessário implementar. Disse ainda que se todas as vagas do quadro estivessem ocupadas havia um decréscimo da despesa. Neste momento, existiam cinco Divisões e apenas três Chefes de Divisão; que, nos Concelhos vizinhos a maioria tinha mais do que dois Departamentos.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por maioria**, com dez abstenções dos Srs. Deputados do Partido Social Democrata e da Sr.^a Deputada Prof. Ana Maria Baião e onze votos a favor dos Srs. Deputados do Partido Socialista e do MEL. -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida, em nome da sua bancada disse que, tinham sido levantadas e suscitadas diversas questões e dúvidas que o executivo não tinha conseguido responder, nomeadamente o número elevado de chefias, de altos cargos de chefia, a necessidade de criar o novo quadro, qual o aumento ou abaixamento da despesa com o pessoal, entre muitas outras. Para terminar, disse que os tempos mais modernos de administração que se avizinhavam permitiam que fosse criado um quadro com novas temáticas e com equipas de projecto. Sabiam da necessidade que o Município e a Câmara tinham em criar até ao final do ano, um novo quadro, mas que não concordavam com ele. -----

----- Tomou da palavra o Sr. Deputado Carlos Milheirão que começou por referir que quando se criava um quadro de pessoal, não queria dizer que os lugares tinham de ser ocupados imediatamente a seguir. Referiu ainda que com o novo quadro havia 35 lugares a criar e 82 lugares a extinguir. -----

----- **PONTO QUATRO: “Fixação da taxa de imposto municipal sobre imóveis (IMI)”.** -----

----- Tomou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara que começou por referir que, a taxa de IMI, segundo o apurado pelo Serviço de Finanças, variava ente 0,2% e 0,5%;



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que, o Município de Mira tinha uma taxa de 0,4% e que se encontrava em curso um trabalho global relativamente ao coeficientes de localização, que preconizava uma baixa generalizada do coeficiente, sendo um factor preponderante no apuramento do valor final dos imóveis sujeitos a avaliação, considerando até, que pudesse ser avaliado com rigor o verdadeiro impacto daquela medida, seria extemporânea qualquer alteração das taxas actualmente fixadas. Tinham reunido com o Departamento das Finanças, Administração Fiscal e o Município de Mira, de forma a definir os coeficientes de localização que estavam a ser estudados e em vias de solução.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida o qual disse que concordava que baixassem o Índice de Localização, era excessivo em todo o Concelho. Mais, disse que o correcto e o certo era baixar o IMI, uma vez que, estava a ser votado e de seguida fazer o trabalho, relativamente ao Índice de Localização.-----

----- O Sr. Deputado Dr. Juan António interveio e começou por dizer que, a análise tinha de ser feita também de uma forma global. Sugeriu que, a taxa do IMI baixasse para os 0,3%, podendo assim, passar a ser um pólo de atractividade com o compromisso de que, se o índice de localização viesse a ter outras implicações, podiam voltar a subir as taxas para os valores que tinham sido apresentados.-----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Luís Miguel Mingatos o qual, registou com agrado, a revisão dos coeficientes de localização. Disse, que o grande problema do IMI e da taxa que estava a ser discutida, dizia respeito aos prédios transaccionados recentemente; que, quando tinham sido constituídos os coeficientes de localização não existiam dados do o real património imobiliário do Concelho sobre os quais, os parâmetros iam ser



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

calculados. Já tinha sido aumentado. Terminou questionando se quando os coeficientes fossem revistos, eram o valor tributário e se o IMI resultante, era o valor tributário. -----

----- Foi dada a palavra mais uma vez ao Sr. Deputado Dr. Juan António para dizer que, o cálculo do IMI tinha em conta, não só o coeficiente de localização mas também outros parâmetros. Disse que, as casas novas eram altamente penalizadas e como exemplo referiu que, as casas que fossem avaliadas acima de 225.000,00€, perdiam qualquer tipo de isenção. -----

----- Foi dada a palavra ao Dr. João Oliveira, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, o qual começou por explicar, relativamente ao arrecadar da receita pela Câmara Municipal durante aquele ano que, sem por em causa que o valor da taxa iria influenciar o valor final, tinham que ter presente um factor de excepionalidade que tinha acontecido naquele ano. Boa parte das casas recentes, construídas desde 2003, não tinham sido avaliadas, tendo conseguido colmatar tal falha, falha essa que tinha sido da Administração Fiscal, resultando com isso que, o Município estava a arrecadar receita não só, proveniente do próprio ano mas também de anos anteriores; que, tinha de ser feita aquela ressalva, para não serem induzidos em erro relativamente, aos montantes globais potenciais, que o município podia manter no futuro. -----

----- Seguiu-se a votação, tendo a proposta sido **rejeitada**, com dez votos contra, três abstenções dos Srs. Deputados Prof. Ana Baião, Dr. Marco Cutodio e Carlos Milheirão e nove votos a favor. -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida esclareceu que o Partido Social Democrata tinha votado contra, pelas explicações que tinham sido dadas relativamente à necessidade de baixar, quanto antes, a taxa de IMI. -----

----- Interveio ainda o Sr. Deputado Marco Custódio para explicar a razão da sua abstenção o qual referiu que, no ano passado se tinha absterido para a mesma taxa de IMI e para ser coerente, este ano tinha votado de igual forma. -----

----- Tomou da palavra o Sr. Deputado Dr. Luís Miguel Mingatos para dizer que o ano anterior tinha-se absterido e este ano tinha votado contra porque não tinha ficado garantida a retroactividade. A taxa sendo mantida, se houvesse retroactividade, contavam os valores patrimoniais tributários dos anos anteriores. -----

----- Terminada a agenda de trabalhos da sessão, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi solicitada ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido **concedida por unanimidade**. -----

----**ENCERRAMENTO:** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
